

IDEOLOGIA POLÍTICA E DISCURSO PARTIDÁRIO: OS LIBERTADORES
NO PARLAMENTO GAÚCHO (1955-1959)* **
POLITICAL IDEOLOGY AND PARTY DISCOURSE: THE LIBERTADORES
IN THE GAÚCHO PARLIAMENT (1955-1959)

DOUGLAS STORCHI CARLO***

Resumo

Este artigo apresenta uma análise de discurso dos parlamentares do Partido Libertador, no âmbito de sua atuação na Assembleia Legislativa gaúcha, durante o primeiro mandato do Governo Meneghetti (1955-1959). A elaboração de um construto teórico permitiu delinear um possível padrão de discurso dessa bancada, como objetivo maior do estudo, desenvolvendo-se em meio a fontes bibliográficas e documentais que ainda não haviam recebido um tratamento analítico. A singularidade desta pesquisa, todavia, encontra-se

Abstract

This research presents an analysis of discourses by parliamentary members of the Libertador party, within the framework of their activities in the *Gaúcho* Parliament, during the first term of Meneghetti's government (1955-1959). Drawing up a theoretical construct allowed outlining a possible discourse pattern of these parliamentarians, developing the research from bibliographic and documentary sources that had not yet received an analytic treatment. The uniqueness of this research lies in the possibility to contribute to

* Artigo recebido em 27-08-2012 e aprovado em 10-12-2012.

** Texto adaptado a partir da dissertação defendida pelo autor junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Linha de Pesquisa em Instituições e Pensamento Político, Universidade Federal de Santa Maria, sob a orientação do Prof. Dr. Gustavo André Aveline Müller.

*** Servidor técnico-administrativo junto à Advocacia-Geral da União. Advogado, especialista em Ciência Política e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Endereço eletrônico: storchicarlo@bol.com.br

na possibilidade de contribuir para o entendimento da configuração e do funcionamento político-partidário no contexto regional, inclusive na Nova República, uma vez que parte do quadro e das clivagens políticas no contemporâneo tenha raízes nesse período.

Palavras-chave

Ideologia Política – Análise de Discurso – Partido Libertador – Governo Ildo Meneghetti

the understanding of the configuration and dynamics of political party operation in the regional context, including the New Republic, since part of the main policy frameworks that contributed to their materialization was created in that period.

Keywords

Political Ideology – Discourse Analysis – Libertador Party – Ildo Meneghetti Government

Introdução

Poucas são as áreas tão estreitamente relacionadas como as do estudo da política, da ideologia e do discurso. A política é, por sua natureza, uma esfera social de práticas quase que exclusivamente discursivas, cuja cognição é ideologicamente fundamentada; o discurso expressa, representa e codifica as situações e as estruturas sociais de múltiplas maneiras; a ideologia, por sua vez, possui grande influência sobre a orientação e controle do discurso, determinando tanto sua produção como sua veiculação de sentido (van DIJK, 2005).

Observou-se, contudo, uma infinidade de acepções sobre o conteúdo dessa expressão e, ainda assim, diversas composições analíticas sob o mesmo constructo teórico. Por se constituir em um dos conceitos mais persistentes e controvertidos no pensamento político moderno, optou-se por reproduzir, em linhas gerais, os principais (re)fluxos desse debate teórico, de modo que se pudesse contemplar, em seu entorno, alguns elementos convergentes que estruturassem a investigação, em termos teóricos e empíricos.

Mencionam-se, também assim, dentre outros elementos, as contribuições pós-estruturalistas que revisitaram os conceitos de hegemonia, práticas discursivas e significante vazio. Nessa perspectiva, os pronunciamentos legislativos podem ser compreendidos como discursos políticos dotados de sentidos que são constituídos a partir de condições determinadas pelo contexto envolvido.

Preocupou-se, neste sentido, em situar historicamente o entendimento das ideologias políticas à luz da própria conjuntura investigada, dadas as modificações de sentido e de abordagem que adquirem as ideias políticas em diferentes contextos históricos. Na busca por tais indagações é que se recorre a uma explicação mais complexa das relações existentes entre discurso e sociedade, inserindo-se o presente estudo numa articulação teórica em que se contemplam as noções de ação e de atores sociais, por sua dimensão sociocognitiva.

Estabelecidas as relações que o discurso possui com a memória e verificadas as condições de sua produção, pode identificar-se a matriz intelectual que informa o discurso libertador e que permite compreender sua produção dos sentidos em estreita relação com a ideologia política a que se vincula. Objetivou-se, com isso, realizar uma análise ideológica do discurso proferido pela bancada libertadora, consubstanciada em seus pronunciamentos na Assembleia Legislativa gaúcha, no período de 1955-1959.

Na primeira seção, este trabalho percorre (a passos largos) a trajetória histórica que o debate acerca do conceito de ideologia política trilhou em meio às Ciências Sociais, em suas inter-relações com a noção de discurso. Em razão do extenso número de abordagens que envolvem a análise de discurso (*lato sensu*), sob diferentes origens teóricas e enfoques metodológicos, demonstrou-se também quais foram os pressupostos epistemológicos determinantes para a eleição dessa perspectiva analítica como parâmetro da presente pesquisa.

Adotar esses princípios implicou considerar, na seção sucessiva, as condições gerais de produção, como peça-chave para a compreensão do discurso que se analisa, enfatizando as relações de controle que caracterizam

o contexto social e que dão significado aos pronunciamentos dos parlamentares libertadores. Já na seção empírica, avaliaram-se as principais regras de funcionamento discursivo nesse dado momento histórico, permitindo descrever, em linhas gerais, um determinado padrão, que é questionado por sua regularidade em meio ao processo de produção de sentidos.

Por fim, em considerações finais, buscou-se retomar as principais referências teóricas que orientaram a investigação e avaliar as possíveis contribuições da pesquisa para uma compreensão do imaginário libertador e *antipetebista* durante o período investigado. No limite, identificam-se possíveis hipóteses de estudo que, se adequadamente formuladas, também poderão conduzir a uma melhor visão sobre o fenômeno político analisado.

O conceito de ideologia sob o viés da teoria política e da disputa eleitoral

Costuma-se associar a gênese do conceito de ideologia aos estudos desenvolvidos por um grupo de intelectuais franceses que, após a Revolução de 1789, procuraram estudar as doutrinas filosóficas e teológicas que serviram de base ao *ancien régime* (MULLINS, 1972, p. 499). Fortemente influenciados pelo *sensismo*¹, aspiravam a fornecer uma sólida base para as ciências morais e políticas, sobre a qual as ideias pudessem ser examinadas à luz do estímulo a que foram submetidas no seu ambiente natural.

Valendo-se dessa epistemologia, as noções transcendentais de religião e de filosofia foram submetidas à crítica, com o objetivo de impedir a perpetuação de preceitos abstratos aos quais esses intelectuais creditavam a incompreensão dos homens entre si, em detrimento da construção do Estado Moderno (KNIGHT, 2006, pp. 619-620). Influenciado pelas tensões que habitavam a França pós-revolucionária, à frente dessa importante vanguarda, Destutt de Tracy (1754-1836) objetivou criar na chamada *ciência das ideias* a base de todos os saberes.

1 – *Sensismo* ou *sensualismo* designa a corrente filosófica segundo a qual a mente é uma tábua rasa, porquanto os nossos conhecimentos advêm das sensações, como uma condição necessária e suficiente (JAPIASSÚ *et al.*, 1996, p. 245).

Imputa-se, nesse sentido, a esse mesmo pensador, a utilização do termo *ideologia* nos tempos modernos, como um dos principais articuladores do Instituto Nacional francês (FREEDEN, 2006, p. 6). Suas formulações, contidas no seu livro *Elements d'Ideologie* (1801), denotam uma acepção diferenciada do termo, em se propondo a fundamentar a ciência do homem e de seu pensamento (MULLINS, 1972, p. 499)².

Karl Marx (1998), todavia, parece deter maior influência sobre o conceito, ao se referir a uma qualidade ou espécie de pensamento que encobre seus verdadeiros objetivos e intenções. Influenciado pelos embates teóricos travados na filosofia alemã, especialmente os relacionados às obras de Hegel e Feuerbach, o conceito de ideologia aparece como o equivalente ao de *ilusão* ou ao de *falsa consciência*, na qual a realidade é invertida e as ideias aparecem como motor da vida real³.

Sendo a consciência um produto do social, a maneira como o homem produz seus meios de existência depende, antes de tudo, da natureza desses meios já encontrados e o que deles precisa reproduzir. Desse modo, segundo Marx (1998, p. 25), não se deve considerar o *modo de produção* sob o ponto de vista restrito, ou seja, enquanto reprodução da existência física dos homens, até porque ele já representa um determinado modo de vida: o que os homens são coincide com a sua produção, isto é, tanto o que produzem quanto a maneira *como* produzem.

Mas o conceito de ideologia continua sua trajetória histórica, passando a ter o sentido de uma concepção da realidade social ou política, vinculada aos interesses de certas classes sociais. Desse modo, para Mannheim

2 – Napoleão Bonaparte referiu-se ao termo ideologia de uma maneira pejorativa. Em discurso proferido em 1812, responsabilizava os professores do *Institut de France* de investirem contra ele ao lançarem mão de argumentações irresponsáveis, genéricas e falsas (KNIGHT, 2006, pp. 619-620). Acusava-os, assim, de ideólogos ou visionários, no sentido de que eram intelectuais sem maiores compromissos com a realidade, isto é, que não tinham conhecimento prático dos assuntos políticos.

3 – A ideologia opera como instrumento de dominação ao mascarar a realidade social e ocultar a verdade dos dominados. Ao naturalizar os fatos sócio-históricos ou inverter a razão lógica desses acontecimentos, ela serve à legitimação da lógica econômica, social e política dos grupos dominantes.

(1956), a ideologia é o conjunto estrutural e orgânico de ideias, como concepções socialmente construídas do mundo ao qual torna inteligível, abrindo possibilidades de compartilhamento de experiências individuais.

Compreendendo duas diferentes dimensões (total ou particular) desse mesmo fenômeno, em ambas as suas feições, a ideologia exprime a situação de vida que influencia o pensamento. Com isso, Mannheim (1956, p. 52) enfatiza a lição de que as opiniões, afirmações, proposições e sistemas de ideias não sejam considerados na forma em que se apresentam, mas interpretados à luz da conjuntura histórica de quem as exprime.

Desse conceito traça-se a distinção entre as normas que incorporaram o passado, tendentes a preservar o *status quo* (ideologias) das que se firmam em elementos transcendentais, transmitidos ao longo da conduta, que tendem a romper com a ordem de coisas vigentes no tempo (utopias), total ou parcialmente. De qualquer modo, essa definição também não é consensual nem definitiva, já que seus contornos nebulosos e pouco analíticos não atendem satisfatoriamente aos questionamentos que recaem sobre o conceito de ideologia⁴.

No campo da disputa eleitoral, também se verificaram inúmeros debates quanto ao papel que desempenha a ideologia frente ao sistema político-partidário, enquanto uma das principais causas orientadoras do voto. A tese originalmente considerada foi a do sociólogo Lipset (1967), que se utiliza de estudos sociológicos sobre o comportamento eleitoral para construir uma teoria a respeito do voto nas democracias ocidentais.

A conclusão a que chega esse autor é a de que o mais constante elemento da história eleitoral está na ligação entre classes sociais e partidos

4 – Mullins (1972) opõe-se aos pressupostos da relevância dos interesses de classe na definição de ideologia na obra de Karl Mannheim, especialmente no que se refere à perspectiva dominante de um grupo social quanto aos critérios de conservação ou mudança social, por ser de pouco valor analítico. O problema crucial daí decorrente é o de que não se pode diferenciar uma ideologia de uma utopia, a partir de tal perspectiva, senão pela sua verificação *a posteriori*. Para o autor, mostra-se impossível, pelo mesmo motivo, demonstrar que uma ideologia seja funcional, ou que uma utopia seja disfuncional, para efeito de manutenção ou mudança do *status quo*, senão a partir da análise empírica, em vista dos padrões que delineiam certo sistema político.

políticos, fazendo crer que a situação socioeconômica inclina o indivíduo para determinada opção político-partidária. Tratando-se de um esquema multifatorial, é a ideologia que vai permitir ao cidadão diferenciar os partidos para além das políticas imediatas que defendem, reconhecendo o papel mais amplo que esses jogam no campo político (LIPSET, 1967, pp. 293-295).

Com isso, a ideologia passa a deter uma importante função no sufrágio, como sinalizadora da posição de classes, além de implicar uma linguagem comum entre partidos e eleitores. Downs (1999), todavia, partindo de fundamentos metodológicos inteiramente distintos, chega a conclusões semelhantes a respeito do papel da ideologia no comportamento eleitoral.

Se os partidos não representam outros interesses a não ser o próprio e o específico de ganhar as eleições, o voto expressa uma escolha individual, enquanto a ideologia denota uma linguagem sintética e econômica ao eleitor, em termos de custos de informação (DOWNS, 1999, pp. 117-119). Diferenciando-se os partidos a partir de ideias-chave, o eleitor consegue identificá-los sem precisar conhecê-los por seus pormenores programáticos.

A partir da década de 1950, no entanto, pesquisadores da Universidade de Michigan (EUA) empenharam-se em refutar tanto a tese da corrente sociológica (Lipset) como a da corrente econômica (Downs), segundo as quais a ideologia seria um elemento decisivo na determinação do voto. Para além de expurgarem o elemento ideológico do comportamento popular nas urnas, essa escola de pensamento incorpora noções fortemente elitistas, procurando correlacionar a estruturação do voto com o grau de instrução formal dos indivíduos (SINGER, 2002, p. 26).

Por considerar ideológicos os eleitores que possuíam um pensamento mais organizado na hora do voto, no sentido de que as suas ideias estivessem logicamente concatenadas, os pesquisadores de Michigan sugeriram que a *identidade partidária* (e não a ideologia, por si mesma) deveria ser considerada como uma determinante estrutural do voto popular (SINGER, 2002, p. 28). Ao associarem ideologia com coerência e sofisticação política, acabaram por descaracterizar por completo a sua importância na

vida quotidiana dos cidadãos, invocando o conceito de *orientação afetiva* do sujeito comum para com a sua escolha eleitoral.

Foi necessária, no entanto, a realização de diversas pesquisas nas décadas posteriores, associadas à emergência de novos eventos históricos no cenário político americano, identificando mudanças no comportamento desses eleitores, para que se esboçassem saídas teóricas para esse dilema. Desde então, fortes argumentos são contrapostos à tese do declínio da ideologia, por implicar a proclamação do seu fim à própria ideologia por excelência (JOHN, 2006), porquanto proponha a substituição de uma política fundada em ideias por outra fundada na gestão técnica da realidade (pragmatismo político).

Procurando demonstrar que o modelo de competição espacial é explicativo da dinâmica partidária, apesar da desestruturação cognitiva do eleitorado, é que Sartori (1982) sugere retomar o uso do conceito ideológico mediante a incorporação das descobertas da linha psicossociológica. O autor agrega ao que chama de *voto por imagem* as noções de *voto por questão* e *de identificação*, ao observar que o indivíduo adere a um partido pela posição de classe assumida, ainda que o faça a partir de uma projeção sobre um vago conjunto de políticas e programas por aquele (re)produzido.

Essa formulação não pressupõe que a maioria do eleitorado tenha um pensamento logicamente estruturado em termos políticos, já que a adesão a uma imagem partidária não requer alta sofisticação, por si só. Dessa forma, o *voto por imagem*, ainda que não fosse altamente estruturado em termos ideológicos, apresentaria uma conotação política fortemente influenciada pela ideologia, como sinalizadora da orientação no *continuum* esquerda-direita.

A partir dessa verificação é que autores como Levtin e Miller (*apud* SINGER, 2002, p. 35) observaram a correlação existente entre autoposicionamento e voto, com a forte e contínua associação entre ideologia e voto nas eleições norte-americanas na década de 1970. Ou seja, conforme a sugestão teórica de Sartori (1982, pp. 360-361), a existência de identificação ideológica não implica pensamento estruturado, mas o uso não ideológico dos rótulos ideológicos.

As contribuições dos estudos pós-estruturalistas ao conceito de ideologia

Na ocasião do centenário da Revista Americana de Ciência Política, Kathleen Knight (2006) relata que mais da metade dos artigos científicos nos últimos 50 anos fizeram algum uso ou referência à noção de ideologia. Essa verificação não garantiu que o termo fosse universalmente compreendido, mas levou a uma menor incidência dos traços psicológicos e a uma maior convergência para a concepção espacial da ideologia, como a questão de localização no *continuum* esquerda-direita.

Em analisando os diferentes entendimentos entre os cientistas políticos ao longo do século XX, Knight (2006) relata que o uso do termo tem sido controverso desde o seu nascimento até sua proclamada morte⁵, mas que os mais diferentes enfoques compartilhariam as características de coerência e estabilidade temporal. Em se constituindo num dos conceitos mais persistentes e ubíquos no pensamento político moderno, essa definição nuclear da ideologia, como um conjunto coerente e relativamente estável de crenças ou valores, manteve-se estável ao longo das últimas décadas, com algumas alterações semânticas.

No âmbito da Teoria Política, a inclinação para um uso renovado e esclarecedor da ideologia pode ser vislumbrada em estudos produzidos a partir da década de 1970, tal como o realizado por Mullins (1972), que, ao explorar suas bases teóricas, identifica a cognição, a avaliação e a

5 – Trata-se aqui do já referido declínio ou fim da ideologia, proclamado no início da década de 1960, representando uma desilusão como relação ao tratamento do tema, com grande repercussão sobre a literatura especializada. Como um expoente intelectual desse expressivo período, Bell (1980) publica a mais influente obra sobre o tema em meio às Ciências Sociais, ao sustentar não haver mais diferenças entre as ideologias de esquerda e de direita, diante do crepúsculo milenar de todas as crenças religiosas, filosóficas e revolucionárias. Em sintonia com as teses contemporâneas que proclamam o declínio da figura do intelectual politicamente engajado, o autor compila seus artigos publicados na década de 1950 para declarar, em *O fim-da-ideologia*, a própria consolidação do Estado moderno, em sua vertente capitalista, pela ausência de outros projetos alternativos. Do emotivo para o pragmático, o centro de transformação das ideias políticas em ação social é deslocado, em vista de uma posição conservadora que concebe o liberal-democrático como um pensamento hegemônico.

orientação para a ação social, além da coerência lógica, como elementos constitutivos do fenômeno ideológico. Procurando formular um conceito ou definição que fosse empiricamente relevante, o autor também busca diferenciar a ideologia de outros fenômenos e formas culturais com os quais foi frequentemente confundida, como o mito e a utopia⁶.

Uma compreensão mais analítica sobre o fenômeno ideológico, todavia, advém com a emergência dos chamados estudos pós-estruturalistas, pela negação da possibilidade de se instituir um critério definitivo ou absoluto para a definição do verdadeiro conhecimento. Daí a proposta de Freedman (1998) em reabilitar a ideologia como categoria de análise para o reconhecimento de uma ação política legítima, por meio de um método morfológico que se afasta tanto do essencialismo marxista como do relativismo pós-moderno.

É Laclau (1987), no entanto, quem desenvolve uma série de noções e de conceitos (oriundos das mais diversas áreas do conhecimento) para a definição do fenômeno *ideológico*, a partir de um aparato teórico mais complexo. Congregando as noções de *contingência*, *precariedade*, *indeterminação* e *paradoxo* (MENDONÇA, 2009), como os principais elementos da dimensão ontológica do social, o seu pensamento laclauiano está assentado sob uma leitura crítica da modernidade, a partir da qual são constituídas suas principais categorias de análise.

Formulando suas teses em oposição direta ao *essencialismo* filosófico, Laclau (1987) objetiva desconstruir certo modelo de análise propagado pelo

6 – Nesse sentido, Mullins (1972, pp. 499-500) identifica na emergência da sociedade moderna um aspecto crucial do pensamento ideológico, como critério básico para a sua diferenciação do pensamento mitológico e utópico, que já encontram expressão clássica em eras precedentes. A influência moderna sobre a ideologia implica diferenciação quanto à consciência histórica, apreendendo a noção de mudança quanto aos limites e possibilidades do controle humano como questão central para tal diferenciação. Assim, além de conceber a ideologia como um fenômeno social mais dinâmico, esse autor também a distingue do mito e da utopia, de acordo com os símbolos pelos quais estes são constituídos. A linguagem ideológica, nesta perspectiva, é repleta de metáforas e metonímias, mas ao contrário do mito, estaria moldada de forma de lógica (objetivando simplificar os acontecimentos e situações) e, diferentemente da utopia, tende a informar uma ação política num *continuum* linear (e não a partir de uma condição imaginária de uma sociedade ideal).

Iluminismo do século XVIII, por se opor à ideia de preceitos fixos e universais que determinariam as condições e possibilidades de conhecimento acerca do mundo político. Tendo como marco analítico as categorias de *poder* e de *discurso*, que se desdobram em outros preceitos centrais à sua teoria, associa a ideologia à noção de fechamento social e de produção de horizontes necessários para a construção de vínculos/identidades sociais (MENDONÇA, 2009, p. 154).

Ao expor algumas questões essenciais acerca da Teoria de Discurso, Laclau (1987) também introduz a noção de *verdade* como uma construção discursiva, já que os sentidos não existem por si mesmos. Pauta-se, pois, a própria existência do discurso político pela tentativa de fixar sentidos, ainda que, necessariamente, de forma parcial, precária e provisória.

Tais características impõem-se pela própria *condição de incompletude* do social, no sentido de que não se pode conceber a sociedade como um objeto de conhecimento pleno, estando os sentidos sociais sempre abertos e incompletos. Todo o discurso político é, por esse motivo, um discurso de poder, na medida em que pretende impor verdades a respeito de um tema socialmente relevante.

Sua pretensão é a de construir a hegemonia, valendo-se para isso, por exemplo, de mecanismos psíquicos adaptados da teoria freudiana à linguística por Lacan, como o *deslocamento* e de *condensação*⁷. Ao constituir uma cadeia de equivalência e articular as diferenças entre vários elementos discursivos, o discurso político (pretenso ao hegemônico) faz com que diminuam os significados individuais ou particulares.

7 – Mecanismos de linguagem que integram um complexo sistema de transformações que articula (no sonho ou no discurso) conteúdos manifestos e latentes, por meio de processos de simbolização. Para a construção e implementação do caráter ideológico nessas formas simbólicas, Thompson (1995) aponta cinco modos pelos quais pode operar-se: como instrumentos de legitimação (racionalização, universalização ou narrativização); dissimulação por deslocamentos (metonímias, paráfrases) e por condensações (metáforas, polissemias); unificação (standardização, simbolização de unidade); fragmentação (diferenciação, expurgo) ou retificação (naturalização, eternização, nominalização ou passivação). Contudo, esses mesmos modos de operação da ideologia podem sobrepor-se e reforçar-se mutuamente ou, então, operarem de outras maneiras em circunstâncias particulares (THOMPSON, 1995, p. 81).

Depreende-se, também assim, o modo como se organiza o discurso político para se impor ideologicamente, mediante a utilização da sobredeterminação de sentidos, na forma dos mecanismos de *deslocamento* e de *condensação*. Ao se apropriar dessas categorias psíquicas, o que se objetiva demonstrar é a possibilidade de constituição das mais diferentes representações acerca dos mesmos fatos e objetos simbólicos, ao se veicularem (re)orientações de sentido segundo os significados pretendidos por essa bancada.

No deslocamento, essa transformação acontece pela substituição de uma representação por outra, enquanto na condensação comporta-se de modo a aglomerar duas ou mais representações formando uma terceira, distinta das que lhe originou – ainda que mantenha latentemente o mesmo significado. Dessa forma, a condensação e o deslocamento podem também ser entendidos, em termos linguísticos, como a metáfora e a metonímia, respectivamente, em que ambas essas figuras de linguagem estejam contidas numa estrutura associativa de ideias que formam uma cadeia de significantes⁸.

Pinto (2006, p. 105) cita diferentes exemplos de processos de deslocamento no discurso político, como a centralidade no discurso da violência em detrimento do discurso de combate à desigualdade social; a atribuição a catástrofes naturais de fracassos de políticas agrícolas; e a atribuição à desqualificação do trabalhador sua condição de desempregado. A hegemonia, por sua vez, é um típico exemplo de condensação, através da qual se podem trazer diferentes grupos em torno de uma mesma luta condensada em muitos sentidos em torno de um mesmo núcleo comum⁹.

8 – A utilização de categorias psicanalíticas na análise de discurso rege-se pelo princípio de que também o inconsciente está estruturado como uma linguagem. Logo uma metáfora não é um ornamento, assim como a metonímia não é um inocente estilo de linguagem. Tais mecanismos são formas completas de se organizar um discurso, como instrumentos de difusão e de percepção de ideias. Por meio de metáforas interpretamos o mundo como uma coisa ou outra, dando-lhe nuances ou significados específicos.

9 – Sobre o assunto, *vide*: MENDONÇA, Daniel de. A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe: em direção à noção de significante vazio. *Barbarói* (UNISC), Santa Cruz do Sul,

No empreendimento de representar discursos ou identidades até então dispersos, a partir de um discurso centralizador (ponto nodal), o processo hegemônico consegue fixar determinado sentido ou significado, mas sempre provisória e precariamente. A hegemonia discursiva não pode ser representada como algo certo, absoluto ou necessário, mas um lugar vazio, o que significa dizer: é foco de incessantes disputas entre os múltiplos discursos dispersos no campo da discursividade.

Esse vácuo, na Teoria do Discurso de Laclau (1987), recebe o nome de *significante vazio*¹⁰, no sentido de que ele é objeto de tantas condensações de discursos que, num determinado momento, perde seu sentido específico justamente pelo excesso de significações incorporadas¹¹. Tal categoria política foi construída a partir de aportes com os quais essa perspectiva teórica se relaciona, expressando uma crítica ao fundamentalismo dos projetos emancipatórios da modernidade, como uma modulação dos valores humanos e políticos do Iluminismo (PINTO, 2006).

v. 01, n. 01, 2003. pp. 55-71; MENDONÇA, Daniel de. A Constituição do Imaginário Popular Oposicionista. *Cadernos de Ciência Política* (UFRGS), v. I, 2002. pp. 3-28; PINTO, Céli Regina Jardim. A democracia como significante vazio: a propósito das teses de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. *Sociologia* (UFRGS), Porto Alegre, ano 1, n. 2, jul.-dez. 1999, pp. 68-99.

10 – Um significante vazio é, ainda, um discurso capaz de impor-se num contexto social a ponto de representá-lo de forma hegemônica (MENDONÇA, 2009, p. 165).

11 – Apreendeu-se, com isso, a própria noção de Liberalismo como uma construção discursiva cujo universal se constitui em um típico significante vazio: o seu significado é objeto de disputa pela constituição de modelos e cadeias de equivalência e objetiva criar projetos hegemônicos pelos grupos envolvidos na luta política. Buscar um sentido autêntico ou original seria de pouca serventia para aumentar o conhecimento sobre o fenômeno, dadas as possibilidades concretas de sua metamorfose, em se constituindo em um processo em constante mutação de acordo com as contingências históricas. Considerando que os institutos políticos podem ter significados diferentes em contextos distintos, deve-se ir além de uma análise formal do discurso liberal (COSTA, 1999, p. 132), de modo que se possa definir a especificidade do liberalismo instaurado com características próprias no Brasil. Com isso, tal conceito só pode ser entendido com referência à realidade nacional na medida em que se importam princípios e fórmulas políticas que não são de todo adequados às necessidades das elites locais.

Ideologia Política e Discurso Partidário: os Libertadores no Parlamento Gaúcho (1955-1959)

173

A noção de ideologia como um sistema sociocognitivo

Dentre os possíveis enfoques de abordagem, foi privilegiada a perspectiva ideológica como marco de referência à pesquisa, porquanto se mostra decisiva à compreensão dos sentidos que os objetos simbólicos veiculam no contexto político brasileiro das décadas de 1950 e 1960, como repercussões do fazer político em termos de clivagens, crenças e valores próprios à cultura regional. Através de posicionamentos no eixo ideológico é que os partidos fazem, ainda, ajustes em seus padrões discursivos para alcançarem determinados objetivos na arena eleitoral, mobilizando parte de sua identidade e imagem partidária.

Isto ocorre porque o jogo político, nas diferentes arenas em que é travado, requer certo dinamismo e elasticidade discursiva que, não raro, produz ambiguidades ou interferências na avaliação/definição dos objetos simbólicos, segundo os interesses a serem contemplados. O (re)construir desses objetos assim como das próprias imagens partidárias também fazem da perspectiva ideológica um plano de observação promissor quanto ao fluxo contínuo de atores, sentidos e usos da política.

Valendo-se de premissas como essas é que van Dijk (2005, p. 10) concebe as ideologias como sistemas sociocognitivos que sustentam e instrumentalizam as ações dos grupos políticos, consistindo em crenças, opiniões e normas discursivamente organizadas acerca de temas socialmente relevantes. Com base nesse modelo conceitual é que se mostraria possível apreendê-las como complexos mentais de organização de conhecimentos e valores num determinado âmbito de conhecimento.

Como a mais importante interface entre as ideologias e os discursos há ainda os modelos mentais representados na memória episódica do indivíduo. Afetados por opiniões baseadas em uma determinada ideologia, ou em um determinado conjunto de ideologias, pode dizer-se que tais modelos são ideologicamente influenciados, representando ou construindo os eventos da perspectiva de um ou de mais grupos ideológicos.

Ainda que expressem também informações subjetivas e pessoais, construídas com base nos episódios e experiências cotidianas, os modelos

mentais são também afetados pela cognição social ou coletiva, demonstrando que os interlocutores do discurso são membros de um grupo que partilham formas de entendimento da realidade. Como uma das formas básicas dessa forma de cognição, a ideologia define a identidade de um grupo e os sentimentos subjetivos entre seus membros, espelhando as similaridades de suas práticas sociais.

Dentro desse raciocínio, as ideologias compartilhadas entre os membros de um determinado grupo ou organização são propriedades relevantes na compreensão dos fatos e decisões políticas em qualquer contexto em que se insira o seu estudo. O discurso é, portanto, definido por van Dijk (1997, pp. 68-69) como uma forma de uso linguístico e, de uma forma mais geral, como um tipo de interação social, condicionada pela cognição e socialmente contextualizada pelos participantes, tomados como membros em situações sociais.

Construídas a partir das categorias definidoras de um grupo (como identidade, filiação, atividades, metas, normas e valores), as ideologias equivalem às representações que o indivíduo faz de si mesmo, diante de um contexto e circunstância, bem como acerca das relações que estabelece com relação a outros grupos na estrutura social. Essa definição das práticas discursivas remete ao (re)conhecimento pelos atores políticos das representações que lhes são próprias e, também assim, das de seus opositores.

Por essa razão é que (não raro) as ideologias possuem uma estrutura discursiva polarizada, como reflexo das dissidências entre grupos que competem entre si, valendo-se de autorreferências internas e externas (van DIJK, 1980). Tais estruturas transparecem na forma de atitudes políticas mais específicas das correntes partidárias que, associadas a diferentes variáveis, acabam por influenciar o conteúdo do discurso partidário, com menor ou maior sucesso.

Sendo as ideologias, porém, sumamente abstratas, porque devem ser funcionais em muitos campos e situações sociais, elas podem especificar-se no discurso concreto com relação a assuntos sociais particulares, tais como a questão da intervenção do Estado na economia; das políticas

públicas, da ordem e da mudança social. Na medida em que se compreende o funcionamento da ideologia em sua imbricação com o discursivo, objetivando compreender direcionamentos de sentido determinados por sua interface sociocognitiva, é que se desenvolvem possíveis inferências e correlações entre si.

Essa intersecção é proposta por van Dijk (2005), em vista do necessário conhecimento a ser considerado acerca das condições, consequências, planos e objetivos de ação social – como propriedades do pensamento e das representações intelectuais no cenário político. Para isso, a seleção de unidades léxicas segue uma pauta estratégica básica, que está apoiada na forma positiva ou negativa com que se descrevem (van DIJK, 1980, p. 172), representam ou associam, respectivamente, as ações e os membros do grupo ao qual se pertence (*ingroup*) e ao qual se opõe (*outgroup*).

Essa característica delimita-se nas estruturas do discurso não somente pelos adjetivos e substantivos usados para a autorrepresentação ou atribuição de valores ao grupo rival, mas também nas analogias e associações semânticas vinculadas a ambos os grupos com referência a ações, objetos, lugares e acontecimentos históricos. Daí a luta pela hegemonia travada entre esses dois grupos expressar-se no empreendimento de desconstruir o adversário, bem como na forma de construir a si próprio, em oposição ao outro.

A partir desses mesmos pressupostos, a pesquisa procurou identificar, como objetivo primeiro, as principais estratégias linguísticas presentes no discurso da bancada libertadora que, permeados pela sobredeterminação de sentidos, via deslocamento e condensação, trazem consigo a ilusão de fechamento social e de produção de horizontes necessários para a construção de vínculos/identidades sociais. Sabe-se, com efeito, que a verificação dessas distorções e suturas da realidade é possível e mostra-se viável pela identificação de cadeias de equivalência entre significantes, como um forte mecanismo da práxis ideológica.

Nessa perspectiva, a questão ideológica constituída a partir de categorias definitórias de grupo (como identidade, atividades, metas, normas

e valores, posição social e recursos políticos) parece reduzir-se às posições políticas pró ou contra as posturas reformistas à época perseguidas discursivamente pelos atores políticos. Nessa conjuntura política, torna-se possível identificar ao menos duas grandes cadeias de equivalência, representadas pelas forças PTB e Anti-PTB, porquanto maiores que as diferenças das partes que as constituem.

Em meio a essas correntes, diferentes grupos políticos parecem diminuir suas diferenças ideológicas para integrarem em torno de si interesses comuns a respeito do processo de *reforma ou mudança social*. Para Pinto (2006), a mudança social é um significante vazio com grande presença no discurso político brasileiro, sendo talvez o mais importante e forte entre todos os que compõem o universo político latino-americano.

Essa noção agrega em torno de si receios e expectativas muito diferentes com relação a mudanças, de modo que cada brasileiro, na conjuntura do pós-guerra, nela deposite diferentes opiniões a respeito dos rumos do País. Expressam-se tais ideias por relações antagônicas, pressupondo em cada uma dessas construções o uso da lógica da equivalência, buscando diminuir diferenças interpartidárias e somar forças às cadeias que se organizam a favor ou contra a noção de mudança social.

Quanto mais avançavam os anos, novas e diferentes expectativas em torno da ideia de mudança eram incorporadas ao projeto petebista, que passa a arregimentar segmentos cada vez maiores da população. Para fazer frente aos avanços eleitorais da corrente adversária, também a oposição deixa de lançar candidaturas ou bandeiras políticas próprias (como o parlamentarismo, democracia liberal, etc.) para que, unida em torno dos ideais da ordem política, social e econômica, pudessem derrotar nas urnas o formato das *mudanças* defendidas pelo discurso a que se opunham.

Das condições gerais de produção do discurso

No que se refere às condições de produção do discurso, ganham destaque na investigação os precedentes históricos regionais, em vista das particularidades envolvidas, porquanto o desenvolvimento de atividades

econômicas diferenciadas no extremo sul do País dê ensejo a outro tipo de acumulação comercial, de característica fragmentada e desconcentrada. As diferentes matrizes sociais no Estado do Rio Grande do Sul acabam por estabelecer um curso próprio na transição para relações capitalistas de produção, com características divergentes do ocorrido nas demais regiões brasileiras.

Dessa forma, para Paul Singer (1977, pp. 184-193), o período da Primeira República acaba por consagrar a separação entre as sociedades colonial e pecuarista, permanecendo distantes entre si as metades norte e sul do Estado, tanto geográfica como economicamente. Mantendo dinâmicas de completa autonomia, as relações econômicas e intercâmbios comerciais não se aprofundam nem se aproximam, em vista das transações diretas com o mercado externo agroimportador.

Há, todavia, estudos que caracterizam o estabelecimento da economia sul-rio-grandense sob uma visão mais harmônica e complementar, na medida em que o governo republicano promove profundas transformações político-institucionais em prol do mercado interno e da diversificação econômica. Por comparar o processo de divisão do trabalho no Brasil Meridional com as demais regiões do País, Castro (1977, p. 46) sustenta, nessa esteira, que o Rio Grande do Sul se antecipa no processo de integração do mercado interno, reforçando uma estrutura econômica cujo grau de diversificação não tem paralelo no País.

Dessa divisão histórica entre as sociedades *pecuarista* e *colonial* deriva a mais importante consequência para a singularidade regional, que se dá com a passagem do regime monárquico para o republicano. Isto ocorre porque somente no Rio Grande do Sul dá-se a substituição da oligarquia tradicional pelo grupo político positivista, repercutindo numa das mais sangrentas guerras civis da história do País (TARGA, 2004).

O fato é que, em meio à formação da sociedade gaúcha, a deposição da oligarquia tradicional por um grupo político distinto implica uma significativa alteração no modo como se passa a legitimar o poder político em âmbito local. Daí a clivagem ideológica entre conservadores-liberais e

conservadores-autoritários persistir desde primórdios da propaganda republicana até o advento do Estado Novo, a partir da cisão ocorrida no interior da classe política dominante (TRINDADE, 2005).

Outra característica interessante e que se repete na história política do Estado, de modo latente ou manifesto, é a tendência à polarização política. Segundo Love (1975), a luta entre farrapos e imperiais é absorvida pelo comportamento político regional, tornando-se uma tradição que se estende durante os períodos republicanos, ao longo dos séculos XIX e XX.

Desatrelado de sua bipolaridade ideológico-partidária, em meados da década de 1930, esse sistema político entra em desarticulação frente à escalada repressiva que precede o Estado Novo. Ao se intensificarem os mecanismos de repressão e de controle social, rumo ao fechamento do regime, o quadro partidário gaúcho transforma-se profundamente até a extinção dos partidos políticos e o encerramento das atividades na Assembleia Legislativa (TRINDADE, 1979, p. 190).

Já a redemocratização do sistema político brasileiro, durante a segunda metade da década de 1940, reflete uma combinação de fatores internos e externos, pelo dismantelamento da estrutura ditatorial. Com o final do Estado Novo, estabelece-se o sistema pluripartidário, no qual as agremiações partidárias obrigam-se à adoção do caráter nacional, muito embora sejam mantidas as correntes político-ideológicas de outrora em âmbito estadual.

Ademais, a queda do regime ditatorial é amortecida, sendo aproveitada sua máquina burocrático-administrativa na estruturação do novo quadro institucional (SOUZA, 2006). Para isso, vários recursos e instrumentos são acionados pelos grupos dirigentes ligados ao Estado Novo, com inegáveis efeitos sobre a estrutura partidária que se estabelece no período de 1945 a 1964.

A nova Constituição (1946) congrega princípios liberais e conservadores, outorgando ao Poder Legislativo relativa importância para aprovação de medidas institucionais reclamadas pela sociedade, seja de caráter reformista, seja de caráter conservador. Daí se transformar o Legislativo

em cenário de inúmeros embates e crises institucionais, em que nem a base governista, nem a base oposicionista detinham estabilidade de atuação política.

Com isso, enquanto a configuração partidária nacional aponta para uma formação triangular (PTB, PSD e UDN), em torno da qual se dá a disputa pelo poder (SCHMITT, 2005, p. 25), a reorganização partidária gaúcha estabelece-se mais em função de clivagens ligadas ao padrão anterior do que definidos pelas lideranças e partidos emergentes no pós-guerra (LOVE, 1975). Ao passo que o getulismo é incorporado e defendido em todo o País tanto (e principalmente) pelo PTB como pelo PSD (embora com menor ênfase e com estratégia particular, pelo comportamento moderado), num cenário em que a UDN exerce a função de ancoradouro da oposição (CORTÉS, 2007), no Estado do Rio Grande do Sul a situação política é diversa.

Dentre os conservadores-liberais, são os Libertadores que demonstram maior dinamismo político-eleitoral no Estado, enquanto a pequena e fragilizada UDN tenha sua formação associada aos quadros remanescentes dos antigos PRR e PRL, em torno de seus líderes dissidentes (TRINDADE, 1975). A tal particularidade também se associa a dissidência entre o PSD gaúcho e PSD nacional, no que tange à sua aliança com o PTB, resultando na soma de força dos *pessedistas* ao grupo *antipetebista*.

Do lado oposto do espectro político encontra-se o PTB, como uma agremiação partidária genuinamente getulista que, ainda assim, apresenta sua inserção regional fragmentada. Segundo Bodea (1992, pp. 27-30), a formação do PTB gaúcho pode ser relacionada à confluência de três distintas correntes, incorporadas em diferentes momentos e circunstâncias: a) *sindicalista*, composta por lideranças sindicais que se forjaram no Estado Novo; b) *pragmático-getulista*, composta por ex-pessedistas que migraram para o PTB, no final da década de 1940, por sugestão e influência de Vargas; e a c) *doutrinário-pasqualinista*, composta por profissionais liberais e intelectuais progressistas vinculados às teorias socialistas de Alberto Pasqualini.

Daí a enraizada dicotomia na tradição política gaúcha ganhar novamente expressão pelas coalizões PTB *versus* anti-PTB, de alta polaridade ideológica, mas de baixa coesão interna, por se restringirem suas afinidades em torno de um único sentimento político (positivo ou negativo) com referência à imagem que projetam de Vargas sobre o rumo das decisões políticas. Inserem-se tais dilemas num contexto de profunda crise inflacionária e de graves agitações políticas e sociais, em que encontram a imprensa e o debate parlamentar solo fértil para construções intelectuais acerca do possível rumo das mudanças a serem promovidas no Estado e no País.

O debate em torno da democracia e da industrialização passa a ser travado entre os grupos políticos quanto às proposições econômicas e políticas necessárias ao desenvolvimento brasileiro, podendo ser compreendida a penúria pela qual passam o Estado do Rio Grande do Sul e o País, nas décadas de 1950 e 1960, como consequência do movimento geoeconômico que experimenta o capital industrial no Brasil (MÜLLER, 1979). Isto é, a crise econômico-financeira decorre da forma como o capital se consolida em âmbito nacional, acabando por redefinir a antiga articulação que existia entre os vários mercados regionais.

O fato é que, com a crise posterior à década de 1930, acentuou-se o perfil agropecuário da matriz produtiva no Estado, que não foi compensada por um ciclo de desenvolvimento industrial mais avançado, de maior capitalização e investimento tecnológico. O processo de modernização patrocinado pelo Estado Novo acentuaria a urbanização no Rio Grande do Sul, acabando por agravar a crise social nas cidades-polo do interior e na região metropolitana de Porto Alegre, dada a extensão do êxodo rural e da dispensa de mão de obra nas estâncias da campanha gaúcha (MOURA, 2008).

Desse ponto de vista, o período que vai de 1930 a 1950 pode ser entendido como uma fase na qual os constituintes do modelo histórico de acumulação e dominação gaúcha são explorados ao máximo, a favor das classes agropecuárias e industriais dominantes (MÜLLER, 1979, p. 363). Todavia, a partir dos anos 1950, os produtos dessa exploração intensiva

passam do ativo para o passivo da conta de poder dessas mesmas classes que, para se manter enquanto tais, deveriam dar prosseguimento à forma de industrialização das matérias-primas regionais, mantendo incólume a estrutura fundiária.

Num contexto de profunda crise inflacionária e de graves agitações políticas e sociais, a imprensa encontra solo fértil para construções intelectuais acerca do possível rumo das mudanças a serem promovidas no Estado e no País. Nessa trilha lógica, a crise regional emerge quando a prioridade é dada à criação de um polo industrial, como forma de resolver os problemas oriundos da exploração intensiva do modelo histórico gaúcho, baseado na intensa urbanização e nas suas mazelas econômicas e sociais.

Esse processo de modernização, todavia, possui relações profundas com as formas de organização do trabalho social; com o crescimento do desemprego no meio rural e urbano; com a falta de estrutura social para a maioria da população; e com a rápida necessidade de instalação de uma infraestrutura econômica (transporte, comunicações e energia) de suporte ao desenvolvimento. Neste contexto histórico, a ruptura com *ancién régime* oligárquico implica o amoldar-se do sistema político às novas bases da economia e da organização social, assentadas na urbanização, na expansão do mercado interno e na industrialização.

As transformações verificadas tanto na economia brasileira como na economia gaúcha evidenciam, já na década de 1920, o surgimento de novas demandas sociais, oriundas dos atores políticos emergentes. Isso dá lugar a interesses mais diversificados e complexos que, no entanto, começam a assumir contornos de classe (mais nítidos) ao longo da década de 1930.

Tendo a República populista assumido como desafio a definição de um novo modelo capaz de substituir o oligárquico decadente, o projeto de Vargas elabora-se pela via estatal e sob a proteção do estamento militar. Isto ocorreu pela via da modernização econômica; pela reestruturação das relações com as oligarquias regionais; pela definição das formas de representação dos novos interesses industriais e pela articulação corporativo-sindicalista.

Contudo, as oligarquias rurais não perderam seu poder de representação política no Estado e no País, mas apenas cederam sua exclusividade após a Revolução de 1930, quando se obrigaram a dividir espaço com outros setores e segmentos sociais emergentes. O controle do Estado pela classe dominante rural, mesmo com a passagem de um regime para outro, praticamente não se altera até a década de 1930; relativiza-se durante o Estado Novo e ressurge na redemocratização do País, em 1945.

Essas conclusões podem ser aferidas no próprio discurso libertador diante de suas respostas aos dilemas históricos enfrentados. De qualquer modo, a implantação de uma lógica capitalista moderna e internacionalizada, via regulação das relações entre o Estado e a Sociedade, não foi suficiente para sufragar a presença dos liberais oligárquicos na disputa pelo poder.

Além de não ocorrer de uma hora para outra, o processo de modernização política do País também não atingiu (da mesma forma e nas mesmas proporções) todo o conjunto da sociedade. A implantação dessa nova ordem não chegou a eliminar as forças políticas de então, de modo que o sincretismo entre o moderno e o tradicional passou a conviver e a interagir entre si (NUNES, 2010, pp. 17-19).

Apesar da expansão do sufrágio, com a participação e representação de novos segmentos sociais no processo político-eleitoral, Trindade (2005, pp. 68-72) reafirma que o exercício do liberalismo no Brasil foi profundamente delineado pela presença das elites agrárias. Daí compreender esse autor que o segredo da dialética no sistema político brasileiro, tanto passado como no presente, está na coexistência entre a lógica liberal com a práxis autoritária, expressando os efeitos colaterais dessa relação um impacto direto na estabilidade político-econômica do País, com reflexos na continuidade/ruptura da ordem democrática e institucional.

O período que se segue, no campo político, é o de reiterados embates e radicalizações ideológicas, com sucessivos rompimentos da ordem constitucional. Transforma-se, assim, o sistema político-partidário nas décadas de 1950 e 1960 numa verdadeira guerra de trincheiras ideológicas em que diferentes projetos políticos pretendem articular em torno

de si um maior número de significantes sociais, ainda que de forma não homogênea, estimulando indiretamente processos pró ou contrarrevolucionários.

Nesse contexto de tensão e de intensa radicalização política é que se desenvolvem as articulações para a formação de alianças político-eleitorais nas eleições estaduais de 1954. Isto acontece ainda que a composição da Frente Democrática (PSD, PL e UDN) já houvesse sido ensaiada no pleito municipal de 1951, quando Ildo Meneghetti (PSD) derrotou o candidato da oposição, o petebista Leonel Brizola, na disputa pela Prefeitura de Porto Alegre (BODEA, 1992).

Considerado imbatível pelos cronistas, por nunca haver perdido uma eleição (FERREIRA FILHO, 1968), Ildo Meneghetti pede afastamento das funções públicas para lançar sua candidatura ao Governo do Estado. Assim, em outubro de 1954, fez garantir sua vitória com o apoio da Frente Democrática, derrotando o candidato petebista, o ex-senador Alberto Pasqualini.

Uma análise mais aprofundada desses resultados é realizada por Trindade (1975), ao revelar alguns padrões gerais no comportamento do eleitorado gaúcho no período 1950 a 1962. O primeiro deles é o da estabilidade do comportamento eleitoral no Estado: a análise dos resultados globais mostra que os eleitores gaúchos votam segundo padrões de relativa estabilidade, em grande parte explicada pela fidelidade partidária dos eleitores petebistas e Libertadores.

O segundo padrão é o da já referida tendência à polarização das preferências eleitorais gaúchas – mas não apenas nas eleições majoritárias de cunho estadual e federal, como também nas disputas político-partidárias locais (TRINDADE, 1975, pp. 165-168). Predomina, também assim, nas eleições municipais o embate entre o populismo (PTB) e os partidos conservadores-liberais (anti-PTB), nucleados em torno do PSD, PL e UDN.

O terceiro e o quarto padrão estão relacionados à dominação eleitoral do trabalhismo no Estado (sobretudo nos núcleos urbanos), associado ao declínio progressivo dos partidos conservadores-liberais. O estudo desenvol-

vido por Trindade (pp. 155-156) mostra, todavia, que, embora possuam o PL e a UDN algumas zonas delineadas pela estabilidade ou crescimento, há diversificação na distribuição geográfica da força eleitoral entre eles, mascarando o recuo eleitoral de cada partido, considerado em sua individualidade.

O quinto e último padrão é o da inviabilidade da formação de uma terceira força eleitoral capaz de apontar uma mediação ideológica, vez que o processo de polarização entre as duas grandes forças eleitorais (PTB e anti-PTB) repugna qualquer possibilidade alternativa (TRINDADE, 1975, p. 155). Nessa perspectiva dos fatos é que o discurso populista e o conservador-liberal se enfrentam numa escala crescente de radicalização política cujo desfecho institucional será, irremediavelmente, o golpe de 1964.

Assim, não obstante a vitória nas urnas, em outubro de 1954, teve Meneghetti grandes dificuldades para governar, pois se encontrava o Estado numa grave e profunda crise econômica, resultado de déficits orçamentários que se acumularam em várias administrações. Ademais, como opositor do Presidente Juscelino Kubitschek, o Governo Estadual ficou à margem das políticas públicas e de maiores investimentos do Governo Federal (FERREIRA FILHO, 1978, p. 249).

Ao organizar seu secretariado, o ex-governador levou em conta a representação dos partidos que o elegeram¹², enquanto na Assembleia Legislativa contava com uma base governista heterogênea que, somente unida, conseguia fazer frente à bancada petebista: das 55 cadeiras, 23 eram ocupadas pelo PTB; 15 pelo PSD; 7 pelo PL; 4 pelo PRP; 3 pela UDN; 2 pelo PSP e 1 pelo PSB¹³. É nesse cenário histórico que o Partido Libertador

12 – Assim dispôs sobre o seu Secretariado (FERREIRA FILHO, 1978, p. 248): *Interior e Justiça* – Cel. Walter Peracchi Barcellos (PSD), depois substituído pelos deputados Ariosto Jaeger (PSD) e Hélio Carlomagno (PSD); *Fazenda* – Alcides Flores Soares Junior (UDN), depois substituído por Leovegildo Paiva (UDN); *Obras Públicas* – Eng. Euclides Triches (apartidário); *Educação* – Liberato Salzano Vieira de Cunha (PSD), substituído em seu falecimento pelo deputado Ariosto Jaeger (PSD); *Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio* – Orlando da Cunha Carlos (PL); *Procuradoria-Geral do Estado* – Dep. Henrique Fonseca de Araújo (PL).

13 – Originalmente composta, segundo Aita *et al.* (1996, p. 153), pelos seguintes deputados: Abelardo José Nácul (PSD); Adalmiro Bandeira de Moura (PSP); Alberto Elias

encena sua participação política na Assembleia do Estado do Rio Grande do Sul, integrando (pela primeira vez) a base governista estadual desde a redemocratização do País, em 1945.

Esse grupo político parecia ter adquirido mais coesão e unidade política, porquanto os grupos e líderes que expressavam ideologias heterogêneas tenham migrado para outras organizações políticas após o Estado Novo. Não obstante os percalços e muitas adversidades para a sua institucionalização, agora em âmbito nacional (SÁ, 1973, pp. 96-97), o partido consegue apresentar à Justiça Eleitoral, à frente de Raul Pilla, os requisitos exigidos pela nova legislação partidária. Sucessivamente, elege em convenção partidária ocorrida em Bagé, no ano 1947, o regime parlamentarista de governo como sua principal âncora discursiva.

A identificação de regularidades discursivas

Preliminarmente, é importante recordar também que, ao longo da trajetória do pensamento político brasileiro, perdura mais um padrão de organizações do que um conjunto específico de organizações partidárias

Carneiro (PTB); Alberto Hoffmann (PRP); Alcides Flores Soares Júnior (UDN); Amadeu Ferreira Weinmann (PL); Ariosto Jaeger (PSD); Armando Temperani Pereira (PTB); Arno Fernando Arnt (PRP); Artur Bachini (UDN); Augusto Nascimento e Silva (PSD); Airton d'Ávila Barnasque (PTB); Camilo Alves Gisler (PTB); Cândido Norberto dos Santos (PSB); Daniel Barnewitz Ribeiro (PTB); Domingos Francisco Spolidoro (PTB); Francisco Solano Borges (PL); Heitor Galant (PL); Heitor Silveira Campos (PTB); Hélio Carlomagno (PSD); Henrique Fonseca de Araújo (PL); Hipólito Jesus do Amaral Ribeiro (PSD); Jetro Jairo de Macedo Brum (PTB); João Batista Marchese (PSD); Joaquim de Deus Nunes (PSD); José Arlindo Kunzler (PSD); José Lamaison Porto (PSP); José Mariano de Freitas Beck (PTB); Justino da Costa Quintana (PTB); Lauro Franco Leitão (PSD); Liberato Salzano Vieira da Cunha (PSD); Manuel Braga Gastal (PL); Mário Vieira Marques (PTB); Múcio de Castro (PTB); Norberto Harald Schmidt (PL); Olinto Aramy Silva (PTB); Onil Xavier dos Santos (PRP); Osmar da Rocha Grafalha (PTB); Paulo Brossard de Souza Pinto (PL); Paulo Mincarone (PTB); Pedro Afonso Anschau (PRP); Plauto de Abreu (PSD); Pompílio Gomes Sobrinho (PSD); Porcínio Borges Pinto (PSD); Raul Antônio Armando Pereira (PTB); Romeu Roesche Scheibe (PSD); Rubem Bento Alves (PTB); Siegfried Emanuel Heuser (PTB); Sueli Gomes de Oliveira (PTB); Teobaldo Neumann (PTB); Vítor Oscar Graeff (UDN); Waldemar Rodrigues da Silva (PTB); Walter Giordano Alves (PTB); Walter Peracchi Barcelos (PSD) e Wilson Vargas da Silveira (PTB).

(SOUZA, 2006, p. 29). Esse padrão repousa, por sua vez, mais em incentivos materiais e menos em causas ideológicas isoladas, de modo que Brandão (2005, p. 236), em meio a um panorama dessas principais ideias políticas, avalia o poder explicativo desse campo de abordagem.

Nesta perspectiva, reconhece-se que o discurso libertador integra a família intelectual dos *idealistas-constitucionais* (BRANDÃO, 2005) ou, na acepção de Trindade (1979), dos *conservadores-liberais* que, desde o final do Império até a instituição do Estado Novo, em 1937, confrontam-se nas arenas políticas com seus adversários *conservadores-autoritários* ou *idealistas-orgânicos*. Tais confrontos se dão em torno de uma maior ou menor intervenção do Estado na sociedade, bem como a partir da forma como concebem a ideia de mudança social, o que permite ao analista inferir algumas regularidades no funcionamento desses discursos.

O discurso do Partido Libertador pode ser identificado tanto pelo padrão de linguagem como pelas ideologias que o fundamentam, em grande parte relacionadas ao liberalismo político, em sua acepção clássica, combinado ao estilo político conservador. Associando-se às formas ideológicas que sustentam a ação política dos grandes proprietários rurais, no final do século XIX, suas regularidades discursivas estão inseridas no tradicional padrão das oligarquias regionais que, até o advento da Revolução de 1930, dominam o campo político na maior parte do País.

Em sua feição discursiva, o PL expressa o tradicional padrão oligárquico brasileiro, sendo amplamente conhecido no Rio Grande do Sul pelo seu modo de fazer oposição política. Como produto da incorporação de crenças representativas dos grupos sociais ligados direta ou indiretamente ao setor pecuarista-exportador, reivindicam seus representantes políticos a herança de uma das mais sólidas e longínquas orientações liberais da história brasileira.

O fato é que, no plano discursivo investigado, os deputados libertadores empregam uma linguagem retórica, dando interpretação à história, aos fatos e aos objetos simbólicos a partir da visão do mundo em que se inserem, no leque de produções intelectuais dos chamados *idealistas-constitucionais*.

Essa classificação surge a partir de Oliveira Vianna (1883-1951), ganhando em Brandão (2005) a dimensão de uma genealogia do pensamento político brasileiro, no sentido de que tais pensadores orientam sua lógica argumentativa segundo o paradigma de que *são as formas viciosas das instituições políticas que reprimem e deformam a sociedade brasileira*.

Incorporando a lógica desse estilo de pensamento, o discurso do Partido Libertador agrega-se aos grupos intelectuais que, diante da problemática relação entre Estado e Sociedade no Brasil, unge-se pelos laços de valorização representativa, do federalismo e da visão institucional *sub leges* (CÊPEDA, 2008, p. 234). Já na acepção de Trindade (1979), sob a alcunha de *conservador-liberal*, esse mesmo discurso predomina no País desde o final do Império até a instituição do Estado Novo, confrontando-se nas arenas políticas com o seu adversário político (o conservador-autoritário) em torno de uma maior ou menor intervenção do Estado na Sociedade.

Como uma variação do conservadorismo político, o conservadorismo liberal incorpora elementos do liberalismo econômico e político, combinando atitudes reacionárias com preceitos liberais clássicos. Distinguem-se, assim, da generalidade dos conservadores, por batalharem pelo afastamento dos aparelhos de Estado da Sociedade e da generalidade dos Liberais, pela relativização dos princípios que norteiam a doutrina liberal e pelas posições morais que imputam ao Estado e à Sociedade para o bem da ordem e do bem coletivo.

Como reacionários, os conservadores liberais são favoráveis à manutenção das instituições políticas porque essas expressam a sabedoria da tradição, enquanto as mudanças refletem a racionalização de indivíduos ou grupos que estão apenas expostos a contingências do presente. Logo, as eventuais alterações sociais projetadas sob a ânsia do intelecto individual dificilmente superariam a *engenharia social* assentada na sabedoria e na experiência de várias gerações acumuladas no intelecto coletivo.

Para Santos (1978, pp. 67-68), constitui no pensamento político brasileiro o que denomina de *liberal-doutrinário* o discurso que se mostra confiante na indissolubilidade entre as liberdades (individuais e coletivas),

crentes na liberalização política como condição suficiente (*per se*) para implementar uma sociedade de mercado no Brasil. Não é por outro motivo que esse autor considera Assis Brasil – patriarca e fundador do Partido Libertador – como um dos mais notáveis exemplos de liberalismo doutrinário nas primeiras décadas da República, diante de sua crença inabalável de que as boas leis criam boas e eficientes instituições, assim como as boas instituições garantem a qualidade moral do sistema (SANTOS, 1978, p. 97).

Daí o PL considerar o sistema de governo *parlamentarista* como a panaceia milagrosa para a cura de todos os males enfrentados pela Sociedade brasileira de então. A maneira pela qual o poder político é dividido e exercido no âmbito do Estado deteria assim repercussão e responsabilidade pelo (sub)desenvolvimento das práticas econômicas e sociais como um todo.

Da profunda crise política que levava Getúlio ao suicídio às interferências dos militares no regime democrático, passando pela instabilidade institucional do País: tudo conduziria à imprestabilidade do presidencialismo. Por sua vez, seria o *regime parlamentarista* durante o Império o responsável pelas maiores conquistas brasileiras, ao oportunizar ao País a vitória em guerras; a abolição da escravatura; e a consolidação do Estado-Nação.

O SR. PAULO BROSSARD - (...) Na América Latina, o regime parlamentar ensejou que o Brasil surgisse como Nação, enfrentasse as suas maiores dificuldades internacionais, vencesse guerras e resolvesse democraticamente o mais grave problema social que já teve que foi a escravidão (ANAIS, set. 1957, AL 4.143, vol. CXII, set. 1957, p. 449, grifos nossos).

Com isso, pode afirmar-se que na insistente tentativa de implantação do *regime de gabinete* no País, o PL conseguiu agregar em torno dessa tese defensores oportunistas, que por diferentes razões associavam-se à causa parlamentarista. Sem maior convicção e engajamento do que efetivamente representava a implantação desse sistema de governo, como uma possível mudança de hábitos e costumes políticos, a diversidade de

interesses e objetivos na aprovação desses projetos acabou por reproduzir versões defectivas de um parlamentarismo à brasileira.

Ao procurarem adaptar os princípios liberal-democráticos aos seus interesses e propósitos de dominação, os Libertadores continuaram a disputar por espaço na conjuntura do pós-guerra, dando sentido e interpretação própria aos elementos constituintes do cenário institucional. Inclinavam-se, assim, a relativizar o princípio da não intervenção do Estado na economia, quando se tratava de assuntos ligados à agropecuária de exportação; já ao disporem sobre os princípios de justiça social, a orientação era outra: os preceitos liberais deveriam ser empregados em sua literalidade, devendo a focalização prevalecer sobre a universalização das políticas públicas, apoiando-se no que se denomina de Estado Social mínimo.

O SR. FERREIRA WEIMANN- (...)Eu não entendo que o Estado há no regime que eu defendo nesta casa, no regime democrático, não está obrigado a estender de tal forma a sua rede educacional de maneira a que ele sozinho possa dar assistência a toda a infância em idade escolar. (...) Obrigatório sim, minha tese chega a esse ponto. Gratuito exclusivamente para àqueles que não tem recursos... Aliás, com essa advertência, nós queremos declarar que somos dos que esposamos a convicção de que sobre o ensino Primário e o Ensino Normal e que deve o Estado concentrar o melhor da sua atuação. Os estados modernos no regime democrático, tem o dever precípua de, pelo menos, alfabetizar o cidadão, a fim de que não se torne letra morta a igualdade de possibilidade, dos alicerces em que se fundamentam os regimes de opinião popular (...) Aliás, essa nossa observação, nasceu por termos nós, por longos anos e mesmo ao tempo de estudante, participado das funções de mestre, e essa observação foi confirmada plenamente por ocasião da nossa viagem aos Estados Unidos (ANAIS, AL 4.142, vol. CXI, ago. 1957, pp. 303-305, *grifos nossos*).

No campo econômico, como já antecipado, a visão liberal-oligárquica era seletiva, por não tolerar a intervenção estatal em seus interesses diretos (não raro relacionados com o comércio exportador), em nome do princípio do livre mercado e da livre iniciativa privada. Contudo, reclama pela intervenção estatal no financiamento da produção e dos estoques excedentes (CODATO, 2008, pp. 258-259), bem como na eventualidade de prejuízos comerciais:

SR. LIMA BECK - (...) Já comentei em outras oportunidades, Sr. Presidente, que nada adianta procurar resolver ou baixar o custo de vida, sem resolver e planificar os problemas da agricultura. Nós sabemos que nada serve a proteção da indústria manufatureira, a indústria pesada e a indústria de base, se não organizarmos no alicerce, a agricultura. Pois assim, já sustentei nesta casa, teremos uma civilização de fachada, uma civilização que não corresponde a realidade, pois a civilização só é grande quando o povo sabe aproveitar e valorizar a terra onde vive. (AL 4.158, vol. CXXV, fev. 1959, p. 135, *grifos nossos*).

Dada a erudição do enunciador e o seu interesse em imprimir veracidade ao discurso, mostra-se possível elencar uma dezena de figuras de linguagem num único trecho de pronunciamento do partido Libertador, seja pelo excesso de adjetivações, seja pela repetição de expressões que servem para reforçar o pretense sentido. Contribui, desse modo, para uma maior ênfase e expressividade do enunciado, pela aplicação de mecanismos linguísticos que denotam a estratégia da vocação agropecuária do Estado como um elemento de sua tradição.

SR. HEITOR GALANT- (...) Contamos, ainda, apesar do desinteresse do Ministério da Agricultura pela economia rio-grandense, que esses apelos sejam atendidos, pois não é crível que se releguem a um abandono criminoso os superiores interesses do

nosso estado representados na sua pecuária, que além de constituir uma atividade tradicional da nossa gente, representa também um dos mais fortes esteios de nossa economia e de nossa riqueza (ANAIS, AL 4.143, CXII, set. 1957, p. 639, grifos nossos).

Analisado por esse ângulo, o discurso parece confirmar que a *tradição* e o *esteio econômico* servem de base e de fundamento ao processo de sobredeterminação que eleva os interesses pecuários à condição de interesses superiores do Estado. Pela intervenção ideológica, eliminam-se também as fronteiras entre a figuração e a realidade: o simbólico da *tradição* sugere que *nossa gente* e *nossa riqueza* sejam uma só, dando um efeito de homogeneidade pelo processo de sobredeterminação¹⁴.

Love (1975, p. 4) também chama a atenção para esse fato, no sentido de que o debate a respeito do caráter *gaúcho* tenha sido focalizado, quase que exclusivamente, sobre uma das subculturas do Rio Grande do Sul – o complexo pastoril – que é o modo de vida ao qual somente uma minoria dos sul-rio-grandenses estaria efetivamente ligada. A literatura que trata da construída imagem do *gaúcho* sugere forte conexão entre o sentimento conservador e os interesses de preservação das relações político-econômicas junto aos setores historicamente ligados à agropecuária (MOURA, 2008, p. 27).

14 – Aí também se opera outra estratégia do discurso liberal-oligárquico, com referência ao sentimento regional: consistindo numa espécie de superioridade em relação aos demais estados brasileiros, esse espírito proclama a defesa da autonomia estadual. Nesse sentido é que Love (*apud* CODATO, 2008, p. 258) também analisa o ideário da classe dirigente paulista, ao descrever vários elementos do programa político dos liberais no período de 1889-1937. A ideologia partidária tanto do PRP [Partido Republicano Paulista] quanto do PD-PC [Partido Democrático, Partido Constitucionalista] colocava-se na tradição do liberalismo do século XIX, ao apregoarem as liberdades do indivíduo e a intervenção limitada do Estado na economia e na sociedade, além de defenderem a presença do capital externo em investimentos públicos e privados. No campo da representação política, preferiam a representação territorial no Congresso, ao invés da funcional ou corporativa, não abrindo mão de um elevado grau de autonomia para cada membro da federação. Nesse sentido, também a tensão entre regionalismo e nacionalismo constituía-se numa característica correlata da política dominante do Estado de São Paulo.

Nessa mesma perspectiva, ao analisar o campeador rio-grandense, Oliveira Vianna (*apud* OLIVEN, 1989, pp. 5-07) atribui-lhe uma mentalidade específica, oriunda do meio ambiente e da superioridade política, provinda da experiência de guerra. Na expressão desse autor, o gaúcho é socialmente um *produto do pampa*, como politicamente é um *produto da guerra*, de modo que essa última experiência teria dado à elite gaúcha a capacidade de mando e a prática da organização de grandes massas humanas.

Honra e heroísmo também são ingredientes marcantes dessa representação construída (e assumida) como identidade cultural, sustentada nas disputas e guerras políticas (MOURA, 2008, p. 28). Introduziu-se, com isso, nas classes médias e populares do meio urbano, a imagem idealizada e ideologicamente fabricada do gaúcho, ao mesmo tempo em que se projetou ao centro do País a apologia das guerras e das figuras históricas alçadas à condição de símbolo de grandeza, dissolvidas no *spectrum* homogenizador da tradição local.

Quanto ao padrão reacionário desse discurso, ele se expressa pela aproximação dos mundos jurídico e moral, como se os atos e fenômenos nesses produzidos pertencessem ao mesmo campo semântico. Com isso, os Libertadores buscam assentar seus argumentos na estrutura sólida e estável do domínio tradicional, assentada no desejo de conservar a política como símbolo de classe e prestígio social.

O SR. PAULO BROSSARD - O exercício da Política, Sr Presidente e Srs. Deputados, é uma das responsabilidades, e das mais graves, pois a política traça rumos à sociedade humana e normas de convivência coletiva. Paz e Progresso muito dela dependem. Nós a compreendemos como uma expressão da vida que deve criar condições de segurança e de desenvolvimento para o povo. E ainda entendemos a política como uma atividade moral, destinada a atender as exigências humanas da vida terrestre (ANAIS, AL 4.157, vol. CXXIV, dez. 1958 a jan. 1959, p. 41, grifos nossos).

Dentre as características do conservadorismo que se evidenciam no discurso libertador estão a visão pessimista da natureza humana; a crença na correção moral e a atitude negativa em relação à mudança, além do eterno retorno ao *passado de glórias*.

O SR. PAULO BROSSARD - Sr. Presidente e Srs. Deputados, vestido assim com esta túnica de estoicismo, quero iniciar as observações que pretendo fazer, lembrando aquela norma tradicional na política inglesa, e não só na política das instituições livres, a nação que vem realizando de forma incomparável o mais perfeito tipo do bom da Inglaterra, a mãe dos parlamentos, a sementeira e saudável Governo Democrático. Para os ingleses, as coisas não devem ser mudadas, sendo quando, tendo se tornado imprestáveis, se tornaram também nocivas. Não basta que elas tenham se tornado desatuais, mas somente quando elas se tornam nocivas é que elas são extirpadas do organismo político e da engrenagem administrativa daquele povo extraordinário. (...) (ANAIS, AL 4.155, vol. CXXIII, nov. 1958, p. 261, *grifos nossos*)

Por envolver tal tradição também questões de pertencimento e de identidade relacionadas a estereótipos culturais, o culto às tradições políticas e o enquadramento da memória coletiva demarcaram nesse discurso seus limites e contornos na noção de autenticidade.

O SR. BRAGA GASTAL - Atirou-se S. Exa. contra o Partido Libertador, sem nenhuma reserva de natureza pessoal, como se o Partido Libertador só soubesse viver na intriga, na miséria e na mentira. Disse S. Exa., ademais uma frase que anotei *ipsis literis*, cujo sentido é absolutamente imperceptível, tão mau o vernáculo e tão vazia a idéia. Disse, S. Exa. o Sr. Paulo Peterlongo: - *O PL está vivendo de um passado de um passado que*

não existiu jamais! Ora, Sr. Presidente, se não tivesse existido esse passado, não existiria o Partido Libertador e não existiria também a história, toda ela, da vida cívica do Rio Grande, não existiria este Plenário, não existiria o eminente e o jovem deputado Paulo Peterlongo. Porque Sr. Presidente, é necessário que se saiba que foram as lutas duras do Partido Libertador dentro de um passado que existiu e que o nobre deputado Paulo Peterlongo poderá encontrar nos anais das glórias do Rio Grande do Sul, foram essas rudes refregas que conseguiram estabilizar a democracia mais do que o rio-grandense, brasileira. Os libertadores do passado, Sr. Presidente, lutaram de armas na mão na conquista do voto secreto e da magistratura eleitoral. Hoje, Sr. Presidente, quando afirmamos que as eleições no Brasil representam tanto quanto possível aproximando-se de uma forma ideal, a verdade eleitoral, nós estamos rendendo culto, estamos rendendo homenagens, não apenas nós, Libertadores, mas todos quantos analisam o fenômeno político brasileiro, aqueles que conseguiram estas duas prerrogativas fundamentais que se encerravam no clássico binômio de Assis Brasil: Representação e Justiça. *Representação* - pelo voto que realmente expressa a verdade eleitoral; *Justiça* - para julgar essa forma de demonstração da vontade coletiva (ANAIS, AL 4.152, vol. CXX, ago. 1958, grifos nossos)

Outro traço essencial de sua formação discursiva esteve centrado na noção elitista de representação política, composta por homens notáveis que, ouvindo os clamores das classes interessadas, melhor equacionariam os interesses coletivos, ao formularem soluções aos problemas nacionais pela via legislativa. Despidos de qualquer propensão a incluir as camadas populares no processo político, os deputados libertadores expressavam certa repulsa à extensão do direito de voto aos analfabetos, até porque esses serviriam às manobras demagógicas e clientelísticas dos grupos populistas.

O SR. BRAGA GASTAL – Nobre Deputado Wilson Vargas. Agora, então, defino, a pedido de V. Exa., e achava que havia antes definido com a minha conceituação. Sou contrario ao voto dos analfabetos e isto porque admito a necessidade de se aprimorar o sistema democrático.. O cidadão só pode eleger governo, mas não pode ele próprio ser governo. (...) É que não se pode ser cidadão quem apenas vota em outrem e que não possa receber a contrapartida democrática. Seria antidemocrático que a lei dissesse: os analfabetos só poderão votar, mas não poderão ser votados (...) Se estamos tratando de melhorar um sistema democrático não há duvida de que o que desejamos fazer, o que precisamos fazer será diminuir o número desses que são inavistáveis, por serem analfabetos e nunca, sob qualquer pretexto, nos batermos contra a inscrição constitucional para criar um sistema político erigido sobre a inconsciência (ANAIS, AL 4.142, vol. CXI, ago. 1957, pp. 110-111, grifos nossos).

Os traços essenciais dessa ideologia política oligárquica podem ser diretamente relacionados à noção elitista de representação política, composta por homens notáveis que, ouvindo os clamores das classes interessadas, melhor equacionariam os interesses coletivos, ao formularem soluções aos problemas nacionais pela via legislativa.

O SR. OLIVEIRA ROSA- Não estou defendendo o sistema corporativo do governo; estou defendendo o ponto de vista de que essas organizações de classe não devem ter interferência político-partidária, não devem apoiar determinados partidos, devem apoiar elementos que saiam do seu meio, embora pertençam a varias correntes partidárias, como tem acontecido, por exemplo, com o Centro Cívico da Produção, com a organização de cooperativas, etc. Eles tem apoiado elementos que

saem de seu meio, independentemente de partidos políticos. Estou defendendo o ponto de vista de que o povo procure votar em homens que estejam à altura de representá-los nas câmaras legislativas. Eu defendo é uma seleção de valores (...) É o governo de homens capazes. (AL 4.135, vol. C, jun. 1956, p. 42, grifos nossos).

Politicamente, ao lado do legalismo constitucional que inspira e regula o regime, incumbe-se de alimentar a ideia de uma democracia representativa mediante prudentes ajustes em suas instituições (CODATO, 2008). As raízes dessas concepções têm sua origem no pensamento oligárquico, sedimentadas numa cultura ornamental e intelectualista.

Nessa variante, a ideologia libertadora reproduz a visão de grandes expoentes do pensamento político brasileiro como Oliveira Vianna (PÉ-CAUT, 1990, p. 21), *ipsis litteris*:

O SR. OLIVEIRA ROSA- Há necessidade do povo brasileiro se organizar, já não digo em corporações, o que ofenderia os ouvidos do nobre deputado Cândido Norberto, mas é necessário que se organize a fim de oferecer sugestões ao seu governo. Quero citar a opinião do sociólogo brasileiro, recentemente falecido, Oliveira Viana, em Instituições Políticas Brasileiras. Diz o seguinte: 'É a cultura do povo, realmente- quando em condições de democracia ou onde a democracia existe- que diz aos homens de governo o que a sociedade julga ou sente como sendo o seu bem comum, o seu interesse publico: - as suas necessidades coletivas. (...) No Brasil, ao contrario disto, estas fontes de opinião publica não funcionam porque não existem, à falta de agencias e instituições que a produzam. O homem público, realmente grande entre nós, tem que ser, por isto, antes de tudo, um homem de intuição - com a centelha divinatória do interesse publico. Por isto mesmo, o labor é mais

heróico- e a sua devoção ao serviço público mais meritória. O ‘meio social, a cultura do povo-massa nada lhe oferece neste sentido’. Mas, Srs. Deputados, atualmente, o nosso povo, como dizia antes, está se organizando e se opera uma transformação na mentalidade brasileira, porque, hoje em dia, os homens públicos já tem suas fontes de informação (AL 4.135, vol. C, jun. 1956, p. 43, grifos nossos).

Os intelectuais à brasileira, segundo Miceli (1979), são os segmentos representativos das elites que se deixam cooptar pelo poder do Estado, como forma de canalizar vantagens ou privilégios de classe. No estudo sobre as relações entre os pensadores e a classe dirigente brasileira, esse mesmo autor identifica nas profissões intelectuais um refúgio reservado aos herdeiros das famílias emergentes, pertencentes à fração intelectual das classes dominantes e, acima de tudo, aos filhos das famílias oligárquicas em declínio, de longa data especializadas no desempenho de cargos culturais e políticos de maior prestígio.

Essas especificidades parecem aproximar-se do perfil sócio-ocupacional da bancada libertadora traçado por Heinz *et al.* (2005, pp. 75-89), que resgatou algumas das características biográficas dos deputados estaduais gaúchos durante o período de 1947-1982. Trata-se de um estudo sociológico que oferece perspectivas gerais da representação parlamentar através de indicadores de idade, origem (meso)regional, formação universitária e ocupação profissional.

Durante o período investigado (1955-1959), os grupos que se enfrentam no cenário político-partidário (petebistas e antipetebistas) possuem uma relativa semelhança em termos da média de idade dos deputados estaduais (38,98 anos no dia da posse), o que sugere uma situação de estabilidade no recrutamento dos representantes no conjunto do polarizado quadro partidário sul-rio-grandense (HEINZ, 2005, p. 78).

Ao identificar os deputados estaduais segundo as mesorregiões de origem, os deputados libertadores parecem provir, em sua grande maioria,

da 7ª Mesorregião Sudoeste Rio-Grandense, composta pelas microrregiões da campanha ocidental, central e meridional. No entanto, como alerta o pesquisador, a investigação refere-se apenas ao local de nascimento dos parlamentares – porquanto não tenha sido possível examinar os vínculos natalícios com as trajetórias políticas dos deputados – de modo que nem sempre esse corresponda ao local onde as carreiras políticas foram desenvolvidas ou mesmo onde se encontrava sua base eleitoral.

No que se refere ao nível de diplomação dos deputados estaduais, o PL é aquele que apresenta o maior índice de titulação, havendo mais de 82% do total de seus deputados ao menos com um curso de graduação (HEINZ, 2005, p. 88). Quanto aos cursos superiores frequentados por esses mesmos parlamentares (e que à época pouco diferia da área de ocupação profissional), cerca de 78,37% possuía formação em Direito e 10,81% em Medicina.

De qualquer forma, é preciso levar em conta que muitos médicos, advogados e engenheiros exerceram em algum momento – e eventualmente exerciam mesmo por ocasião de sua diplomação como deputados – atividades no serviço público, na docência universitária ou nos setores primário (agropecuário), secundário (industrial) e terciário (comerciário). Em razão dessa característica, optou o investigador por considerar sempre a ocupação ligada à formação superior, o que não ilide que esses profissionais fossem advogados/pecuaristas, engenheiros/pecuaristas ou médicos/industrialistas, dentre outras combinações.

O fato é que as transformações econômicas e sociais das décadas de 1930 a 1950 acrescentaram uma nova dinâmica às atividades profissionais e, também assim, uma nova dimensão às próprias práticas clientelísticas e de mandonismo político (CARVALHO, 1997). O homem de nível universitário, muitas vezes advogado ou médico, passou a fazer as vezes do coronel, como o mais respeitado chefe político local que, como um dirigente-chave de um partido político no seu Município, estava à frente do diretório.

Por sua vez, Pécaut (1990) destaca a existência de duas importantes gerações de intelectuais republicanos, partícipes em decisivos momentos

históricos: a *primeira geração* enquadra-se historicamente no período de 1930-1945, assumindo caráter ora de movimento nacionalista, ora de modernização cultural¹⁵ – com forte impulso antiliberal e elitista à projeção de um Estado forte e unificado; a *segunda geração* seria a composta por intelectuais brasileiros, em meados do século XX (1954-1964), na qual o nacionalismo passaria a significar a ativação das massas e a resistência ao Imperialismo.

Não havendo mais dúvidas quanto à existência de uma nação brasileira, identificada em torno de seus interesses econômicos, culturais e políticos, o foco de construção intelectual passaria às questões do desenvolvimento nacional, inclinado à defesa da *emancipação popular*, da ordem e da soberania nacional (PÉCAUT, 1990, p. 99). Nesta fase, amplia-se o círculo intelectual engajado no projeto *nacional-desenvolvimentista*¹⁶, acompanhado de um desejo de integração solidário às classes populares, dominado por um espírito geral de condescendência.

Em contraposição a essa corrente, havia um importante refluxo por parte dos grupos sociais mais conservadores, que ao reagirem ao radicalismo de setores intelectuais mais progressistas, informariam sua eminente ruptura com as regras do jogo político. Para Pécaut (1990, p. 103), o Golpe Militar de 1964 viria apenas a informar o que se percebia anteriormente nas universidades e nos meios de comunicação; nas organizações profissionais

15 – Nesse mesmo sentido, Octavio Ianni (1993, p. 429) afirma que o pensamento brasileiro, ao longo do século XX, está fascinado por dois problemas: a questão nacional e a modernização. Eles predominam sobre praticamente todos os outros, quando não os englobam, pura e simplesmente.

16 – Vertente liberal surgida no pós-guerra, baseada na substituição de importações, que tem no Estado o principal empreendedor, associado ao capital estrangeiro, visando a dar autonomia e sustentação aos países subdesenvolvidos. Bastante afinado com esse pensamento econômico esteve o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), reunindo alguns intelectuais influentes como Hélio Jaguaribe, Cândido Mendes, Roland Corbisier, Guerreiro Ramos e Álvaro Vieira Pinto – intencionados em colaborar para a superação do subdesenvolvimento –, forjando uma ideologia do desenvolvimento nacional que ajudaria a promover o golpe militar em 1964, juntamente com os trabalhos da Escola Superior de Guerra na formação da ideologia anticomunista no núcleo militar brasileiro (MOREIRA, 1998, pp. 329-360).

e na Administração Pública: numerosos contingentes nutriam medo ou aversão à inclusão política das massas.

O que se evidencia, também assim, no discurso desses deputados, é um esforço para assimilar os princípios do Liberalismo, ainda nos primórdios da expansão da máquina estatal, dando-lhes aplicação naquilo que lhe era conveniente, do ponto de vista de seus interesses políticos¹⁷. Por isso é que, segundo os Libertadores, as práticas reais de funcionamento das instituições democráticas no cenário político-econômico brasileiro precisariam ser revistas, ao não mais creditarem ao liberalismo político soluções à magnitude dos problemas enfrentados na órbita socioeconômica:

O SR. LIMA BECK - O problema democrático estritamente político à moda Liberal de Rousseau, ou o problema democrático dentro dos quadros estatistas à moda de Hegel, não pode mais ser admitido. A democracia do nosso tempo tem que ser uma democracia humanista que deve considerar a criatura tanto no seu aspecto espiritual quanto no seu aspecto corporal. Por isso nós entendemos que a democracia verdadeira, a democracia moderna, a democracia que pode criar uma convivência de paz e de prosperidade, essa democracia tem que se alicerçar em princípios de economia que dêem uma segurança de vida

17 – Como reflexo da instabilidade resultante de alternâncias de dominação e surtos de expansão liberal, geralmente frustrados por crises políticas e instabilidades cíclicas, entende Trindade (1985) que as ideologias liberais no Brasil estabeleceram entraves à consolidação do autoritarismo e este, por sua vez, definiu limites aceitáveis de democracia política. Daí os diferentes arranjos entre o Estado e as elites políticas importarem avanços e recuos no sistema democrático brasileiro, no que se refere às intervenções de ordem política e econômica, delimitando a tênue separação entre o público e o privado. Porque nasceu da vontade do próprio governo, revelando-se instrumental no processo político e econômico do País, o liberalismo brasileiro preocupou-se com a necessidade de uma ordenação do poder nacional desde o período anterior à independência (TRINDADE, 2005, p. 66). Para efeito explicativo é que também se associa à noção de práxis liberal, como um conjunto de ideias sobre a organização social, a natureza/funções do mercado e o papel do poder político no processo de reprodução social no País (SANTOS, 1978, p. 68).

a todos os homens. Não podemos viver mais numa democracia que se inspire em princípios acadêmicos, tão somente, mas numa democracia que se baseie em realidade da política, da economia hodierna, que não é apenas uma ciência para acumulação da riqueza, mas uma ciência destinada a servir a sociedade, a servir a humanidade nos seus destinos de paz e de progress (ANAIS, AL 4.157, vol. CXXIV, dez. 1958 a jan. 1959, pp. 42-43, *grifos nossos*).

Como regra geral, a mentalidade conservadora, por si mesma, não contém predisposição teorizante: ela parte de uma pragmática de que não cumpre divagar sobre as situações em que se encontram os homens naturalmente ajustados (MERCADANTE, 1980). Despido de inquietações em seu estado de espírito, não há problema equacionado para um conservador numa ordem natural das coisas.

Todavia, o ataque ideológico de um grupo social, em prenunciar uma nova era, ou que represente interesses de grupos sociais ascendentes é que provoca no espírito conservador os túrbidos receios quanto à segurança de seu poder, dando margem a determinadas reações teóricas (MERCADANTE, 1980, p. 227). Ao recorrer a um racionalismo que se distingue pelo sentido normativo impresso à experiência, o conservador difunde as ideias em consonância com a realidade objetiva, substituindo a norma formal do liberalismo opositor por um conteúdo concreto, no que se fundem ideia e realidade.

A necessidade de procurar na democracia econômica elementos que pudessem responder com maior eficiência à instabilidade institucional provocada pela democracia política tornou-se ainda mais evidente pela ausência de perspectivas para o futuro opositor, dada a miserabilidade de um presente em que já não se vislumbram mais alternativas políticas, com o coroamento final da história:

O SR. PAULO BROSSARD- É expressão de uma sociedade que esta minada de germes corruptores, e que ao observador

menos atento se apresenta como portadora de sinais inequívocos de declínio. Parece que estamos assistindo ao findar de um ciclo histórico, apressado, fora de duvida pelos agentes desencantados pelas ultimas guerras e que vieram modificar radicalmente de alto a baixo os padrões tradicionais de vida dos povos e das nações. As deflagrações que abriram um sulco tão profundo na cultura, na economia e na historia de todos os povos, já cessaram mas não cessaram os seus efeitos que a humanidade ainda há de carregar por muito tempo. Parece que o esforço imenso, que o esforço extraordinário feito pelos povos durante a guerra armada contribuiu para apressar uma transformação mais violenta nas estruturas sociais não só do povo brasileiro como da generalidade dos povos. A verdade é que estamos assistindo a um fim de época; a verdade é que somos testemunhas de um quadro em que o mundo está desaparecendo para dar lugar a um nascimento de um novo mundo. Em nosso país esta tremenda e, talvez pavorosa modificação vem sendo acelerada pela pressão dominadora dos fatores inflacionários, que de uma forma mais ou menos perceptível ou sorrateiramente há muito preparam como dinamite a modificação radical da sociedade brasileira. (ANAIS, AL 4.155, vol. CXXIII, nov. 1958, p. 21, grifos nossos)

Assim como se inseriram nos mais diferentes sistemas políticos ao longo da experiência republicana, os libertadores marcaram presença na Terceira República ao se incumbirem da defesa das ideologias que são amplamente compartilhadas pelos conservadores-liberais. Nesse sentido, cumpriram com a defesa de um rol de garantias e direitos liberais clássicos, mas com uma forte separação entre o Estado e a Sociedade, assentada no princípio de exclusão das massas do manejo do poder.

Aproximavam-se, assim, do mesmo sentimento que animava as oligarquias brasileiras, ao submeter os princípios liberais clássicos a uma

interpretação política conservadora (CODATO, 2008). Dentre outros aspectos dessa ideologia, evidenciou-se a presença entre os Libertadores da dicotomia dos interesses urbanos *versus* interesses rurais, assentada numa estratégia argumentativa pela qual reclamavam pela intervenção estatal nesse último campo da economia, nos termos da velha fórmula oligárquica do *privatizar os lucros e socializar os prejuízos*.

Ao depender do equilíbrio de poder entre atores em disputa, o discurso do PL foi analisado a partir da institucionalização do sistema político e da dinâmica da competição eleitoral. A instabilidade do quadro institucional daquele período histórico parece fomentar a descrença na legitimidade que os atores políticos atribuem às instituições liberal-democráticas.

A tensão e a polaridade ideológica acabaram por reduzir o horizonte temporal das barganhas políticas entre os grupos petebistas e anti-petebistas, que acabam rompendo, gradativamente, com as regras do jogo cooperativo no campo das interações político-partidárias. Consequentemente, radicalizaram-se as estratégias discursivas, inclusive as *antissistema*, sobretudo após a vitória de Leonel Brizola na disputa pelo Governo do Estado, em outubro de 1958.

Com isso o discurso libertador torna-se, progressivamente, mais reacionário e pessimista. Em síntese, volta a somar o seu discurso ao coro dos grupos sociais e políticos mais conservadores, que, ao reagirem ao radicalismo de setores mais progressistas, informariam a eminente ruptura com as regras do jogo político, em março de 1964.

Considerações finais

A elaboração de um construto teórico permitiu realizar uma leitura da ideologia veiculada no discurso da bancada libertadora, desenvolvendo-se a pesquisa em meio a fontes bibliográficas e documentais. A partir das contribuições de diversos autores sobre o conceito de ideologia e a operacionalização da análise de discurso, a pesquisa documental valeu-se de pronunciamentos legislativos que, em tese, ainda não haviam recebido

um tratamento analítico ou, então, não haviam sido analisados de acordo com os objetivos dessa investigação.

Como em toda a pesquisa documental, a investigação apresenta limitações quanto à sua não representatividade e subjetividade analítica, muito embora estejam esses obstáculos presentes, em menor ou maior grau, em toda e qualquer investigação social. De qualquer forma, convém lembrar que esse tipo de pesquisa possui relevância não porque responde definitivamente a um problema, mas porque proporciona melhor compreensão sobre o assunto ou, no limite, fornece hipóteses que conduzem a sua verificação por outros meios.

A despeito da delimitação do tema e dos objetivos da pesquisa, muitos são ainda os questionamentos e comparações que os resultados da pesquisa incitam o pesquisador a fazer com relação ao sistema político contemporâneo. O primeiro deles diz respeito a temas como o das diferenças ideológicas entre os partidos, na medida em que se manifestam em opiniões e ações (coligações eleitorais, coalizões de governo, políticas públicas, etc.).

Mobilizando os eleitores para a criação de símbolos de fidelidade e identidade, a ideologia partidária é ainda um tema muito debatido quanto ao provimento de informações importantes e de fácil assimilação acerca dos partidos políticos. Esse questionamento, todavia, perpassa pela verificação de uma acentuada assimetria de informações quanto ao *conhecimento das regras do jogo* entre representantes e representados, que não dispõem sobre o mesmo referencial teórico e instrumental necessário para análise das ações políticas.

Antes disso, porém, o que fica latente é a inexistência no País de uma tradição direitista relacionada diretamente à defesa das bandeiras tipicamente liberais. Se em outros países a direita é concebida de forma natural, como parte essencial da cena democrática à alternância no poder, ela não encontra maior ressonância numa sociedade patrimonialista, habituada a imputar ao Estado a exclusiva responsabilidade pelo provimento de suas necessidades.

A rejeição ao rótulo liberal pode ser relacionada à herança negativa deixada pelas legendas conservadoras no Brasil, que não raro são associadas à pecha *antidemocrática*, por ter sido o ARENA o grande sustentáculo do regime militar. Como um desqualificativo político, o termo *liberal* passa a ser usado para encobrir atitudes de uma cultura política retrógrada, cuja genuína tradição está expressa nos parcos limites entre o público e o privado.

Contudo, se no plano eleitoral o espectro ideológico vai da extrema-esquerda ao centro, no plano da arena parlamentar e governamental os partidos tendem a se aproximar, em termos de *práxis* política. Como resultado do consenso social-democrata que se consolidaria nas décadas seguintes, após a redemocratização do País (1988), as organizações partidárias que portavam em seu nome alguma referência à doutrina liberal sofreram solução de continuidade, refletindo as dificuldades para o surgimento de uma sólida oposição democrática no contemporâneo sistema político.

Referências bibliográficas

- BELL, Daniel. *O fim da ideologia* (trad. Sérgio Bath). Editora Unb, 1980.
- BODEA, Miguel. *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. *Dados* (Revista de Ciências Sociais), Rio de Janeiro, vol. 48, n. 2, 2005, pp. 231-269.
- CARVALHO, Jose Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.
- CASTRO, Antonio Barros de. *Sete Ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1977.
- CEPÊDA, Vera Alves. Dilemas do pensamento político: famílias intelectuais e as interpretações sobre o brasileiro. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 16, n. 31, nov. 2008, pp. 231-238.
- CODATO, Adriano Nervo. *Elites e instituições no Brasil: uma análise contextual do Estado Novo*. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. [s. n.], 2008.

- CORTÉS, Carlos E. *Política Gaúcha (1930-1964)*. Porto Alegre: Editora PUCRS, 2007.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. ed. 7. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, 1999.
- FERREIRA FILHO, Arthur. Fatos da história riograndense contemporânea. In: *Enciclopédia Rio-Grandense* (separata). Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1968, pp. 44-69.
- _____. *História Geral do Rio Grande do Sul*. 5. ed., Porto Alegre: Editora Globo, 1978.
- FREEDEN, Michael. Ideology and political theory. Oxford, *Journal of Political Ideologies*, 11: 1, 1998, pp. 3-22. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/13569310500395834>> Acesso em: 23 set. 2010.
- HEINZ, Flávio Madureira (org.). *O parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembleia Legislativa e seus deputados (1947-1982)*. Porto Alegre: CORAG, 2005.
- IANNI, Otávio. Formas de pensamento. In: BASTOS, Elide Rugai, MORAES, João Quartim (orgs.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- JOHN, T. Jost. The End of the End of Ideology. *The American Psychological Association*, vol. 61, n. 7, pp. 651-670, out. 2006. Disponível em: <http://www.uky.edu/AS/PoliSci/Peffley/pdf/Jost%202006%20The%20End%20of%20the%20End%20of%20Ideology_American%20Psychologist.pdf> Acesso em: 24 jun. 2011.
- KNIGHT, Kathleen. Transformations of the Concept of Ideology In the Twentieth Century. *American Political Science Review {on line}*, vol. 100, n. 4, nov. 2006, pp. 619-626.
- LACLAU, Ernesto. MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Madrid: Siglo XXI, 1987.
- LIPSET, Seymour Martin. *O homem político*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

- LOVE, Joseph L. *O Regionalismo Gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1956.
- MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes: 1998.
- MENDONÇA, Daniel de. Como olhar *o político* a partir da teoria do discurso. Brasília, *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 1, janeiro-junho de 2009, pp. 153-169.
- MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- MICELI, Sergio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.
- MOREIRA, Vania. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. *Rev. bras. Hist.*, 1998, vol.18, n. 35, pp. 329-360.
- MOURA, Paulo G. M. de. Raízes do conservadorismo gaúcho. In: BOEIRA, Nelson (org.). *Rio Grande em debate: conservadorismo e mudança*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2008, pp. 21-34.
- MÜLLER, Geraldo. A economia gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sérgio (orgs.). *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, pp. 358-402.
- MULLINS, Willard A., On the concept of *ideology* in political science, *American Political Science Review*, 66 (1972), pp. 498-510.
- NUNES, Edson de Oliveira. *A gramática política do Brasil: clientelismo, corporativismos e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Editora Garmond, 2010.
- OLIVEN, Ruben George. O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação controvertida. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 3(9), 1989, pp. 5-14.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- PINTO, Celi Regina J. Elementos para uma análise de discurso político. *Barbarói* (UNISC), v. 24, pp. 87-118, 2006.
- _____. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

- SÁ, Mem de. A politização do Rio Grande. Porto Alegre, Tabajara, 1973.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A praxis liberal no Brasil: proposta para reflexão e pesquisa. *In: Ordem Burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1978, pp. 65-117.
- SARTORI, Giovanni. *Partidos e Sistemas Partidários*. Editora UNB, Brasília: 1982.
- SCHMITT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil: 1945-2000*. São Paulo: Jorge Zahar, 2005.
- SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: EDUSP, 2002.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1977.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1946)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- _____. Federalismo no Brasil: aspectos político-institucionais (1930-1964). *Rev. bras. Ciências Sociais*, 2006, v. 21, n. 61, pp. 7-40.
- TARGA, Luiz Roberto P.; SILVA, Edmilson Nunes da. A exclusão política da oligarquia tradicional gaúcha. *In: HEINZ, Flávio M.; HERRLEIN JR., Ronaldo (orgs.). Histórias regionais do cone sul*. Santa Cruz do Sul: Editora UNISC, 2004.
- TRINDADE, Hélgio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937): da confrontação autoritário-liberal à imposição da aliança político-revolucionária de 30. *In: DACANAL, José Hildebrando et al. (orgs.). RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, pp. 119-191.
- _____. Padrões e tendências do comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul. *In: CARDOSO, Fernando Henrique et al. (orgs.). Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, pp. 154-204.
- _____. Bases da democracia brasileira: lógica liberal e práxis autoritária (1822-1945). *In: ROUQUÉ, Alan et al. (orgs.). Como renascem as democracias*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, pp. 46-72.

_____. NOLL, Maria Izabel. *Subsídios para a história do parlamento Gaúcho (1890-1937)*. Porto Alegre: Corag, 2005.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

VAN DIJK, Teun A. Algunas notas sobre la ideología y la teoría del discurso. Xalapa, *Semiosis*, Universidad Veracruzana, n. 5, julio-diciembre de 1980, pp. 37-53.

_____. Ideología y análisis del discurso. Maracaibo, *Utopía y Praxis Latinoamericana*, Universidad del Zulia, v. 10, n. 29, abril-junho, 2005, pp. 9-36.

_____. Política, ideología y discurso. Maracaibo, *Quórum Académico*, Universidad de Zulia Venezuela, 2(2), pp. 15-47, 2005.

_____. Discurso, cognición y sociedad. *Signos*. Teoría y práctica de lo educación, n. 22, oct.-dic. 1997, pp. 66-74.